



# GEOPOLÍTICA DO PODER MUNDIAL

**Therezinha de Castro**

*Professora de História no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e  
Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.*

**T**radicionalmente a *Geografia* esteve sempre afeita a duas divisões gerais: uma "física" e outra "política". Com o transcorrer do tempo, à medida que foram surgindo outras versões especializadas, a *Geografia* evoluiu não somente no seu conteúdo como também em suas denominações.

Em fins do século XIX, baseando-se na necessidade de agrupar um certo número de fatos e fenômenos da vida dos grupos humanos, criava *Jean Brunhes* a expressão *Geografia Humana*. Esta continuou a se subdividir ante a coordenação dos diferentes fenômenos físicos e humanos demonstrada nos trabalhos de *Alexandre Humboldt* e *Karl Ritter* e no destaque à parte regional a cargo de *Vidal de la Blanche*. No constante evoluir, enquanto os alemães, tendo à frente *Ratzel*, chegavam à *Antropogeografia*, os franceses, com *Vallaux* criavam a *Geografia Social*.

Como toda classificação é falha, é natural que reine alguma imprecisão de termos variando segundo autores, visto haver grande riqueza de interpretações.

Não há dúvida, porém, que, sendo a *Geografia* um patamar para onde convergem vários ramos científicos, vai receber desses diversos setores elementos que a transformam aos poucos; restando-lhe, no entanto, a solidéz ante o fato de que *não há estudo social que possa dispensar uma base geográfica*. E, nesse contexto, é a *Geografia Política* que vai tratar das relações entre grupos humanos organizados no espaço ou território que eles ocupam. Assim, do mesmo modo como nenhum Estado pode existir sem um território, nenhum território pode transformar-se num Estado de fato, sem povo.

Se em se tratando de tribos nômades já se pode falar em Geografia Política, no momento em que os grupos se tornam sedentários e, sob controle de um governo, criam unidades políticas, aquela Ciência já vai tomando feições mais precisas e complexas.

O fato de haverem os *limites e fronteiras* tomado lugar de destaque no âmbito da Geografia Política, leva, no evoluir constante, às *rivalidades* em territórios contestados, às *zonas de influência*, envolvendo episódios históricos do passado e presente. No contexto se apresenta a *Geohistória* para introdução e explicação da Geografia Política. É, pois, na Geohistória que se vai encontrar a *gênese formação territorial* e constituição das fronteiras atuais.

As fronteiras criam, pois, no mapa geográfico uma unidade política historicamente complexa, levando tudo isso a Geografia Política a um alto grau de objetividade e desprendimento. É que não existem dois ambientes idênticos, e muito menos dois Estados inteiramente semelhantes no mundo. E como na extensão da esfera de atividades dos Estados surgem sempre os esforços para a *proteção das fronteiras* contra possíveis agressões, o fato leva o estudioso a outro ramo da Geografia Política — a *Geografia Militar*.

A Geografia Política, que pode ser considerada como termo último, senão definitivo, da História Política — é, na realidade, a sua forma presente; donde sua importância, que reflete, no *espaço*, a evolução do Estado, no *tempo*. Considerando-se o Estado como uma criação de *segurança coletiva*, que existe para a defesa, para a luta, a Geografia Política toma nova modalidade na *Geoestratégia*, reivindicada por certos setores militares como sendo de sua esfera exclusiva.

Sabendo-se que a *Política* se baseia essencialmente na *História* e que esta não dispensa a *Geografia*, que lhe serve de quadro condicionando seus princípios, impõe-se então a *Geopolítica*. Tem esta por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no *planejamento das atividades do Estado*, visando a resultados imediatos ou remotos. Conseqüentemente, a Geopolítica pode ser considerada como um estudo dos *precedentes históricos* em função dos *ambientes geográficos*; os resultados deste estudo levam a conclusões práticas aplicáveis ou não à atualidade.

## GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

Sistematizando a *Geografia Política* coube a *Ratzel* o mérito de se aproveitar dos estudos políticos e econômicos dentro da base geográfica. Caberia, porém, ao sociólogo *Rudolf Kjellen* a concepção restrita da *Geopolítica*, como disciplina de contacto entre a Geografia e a Política.

Para *Ratzel*, se quizesse o estudioso aprofundar-se mais na formação científica dos Estados, teria que entrar pelos terrenos da *Economia e da Política*. Em sua teoria do *espaço vital* sintetizou o crescimento orgânico do Estado afirmando que não haveriam de subsistir os territórios políticos aos quais não se "oferecem ao crescimento razões naturais ou econômicas". Dentro de sua concepção só "um território extenso, esparsamente povoado, é um grande Estado do futuro".

A história do "lebensraum", ou espaço vital, parece ter tido base em sua obra "Os Estados Unidos da América" (1880). Nesse trabalho Ratzel destaca *os fundamentos do poder estatal e a hegemonia estadunidense* no seio da família americana de nações. No entanto, a teoria do espaço vital propriamente dita toma maior desenvolvimento em seu trabalho "Leis do Crescimento Territorial dos Estados Unidos" (1896), ampliando-se na "Geografia Política" (1897); nesse último livro, Ratzel formula as suas *sete leis da expansão imperialista*, todas induzindo à conclusão política de que o Planeta Terra é demasiadamente pequeno para mais de um grande Estado, unido ou amalgamado.

Fiel a essa teoria do espaço vital, Kjellen concebeu o Estado como *manifestação biológica ou forma de vida*. Afirmava textualmente: "Os Estados falam e comerciam, promovem Congressos ou lutam nos campos batalha, invejam-se, odeiam-se ou simpatizam uns com os outros, atraem-se ou se evitam, destruindo-se entre si como antes vivos de uma comunidade". Em sua concepção de organismo completo, para Kjellen o território é o corpo do Estado; a capital e os centros administrativos são o coração e os pulmões; os rios e estradas as suas veias e artérias; as áreas produtoras de matérias primas e produtos alimentícios são os seus membros.

Consciência geográfica do Estado, a *Geopolítica é ação*, é a parte dinâmica da Geografia Política. Comparando-se, pois, a Geografia Política com a Geopolítica vemos que a primeira é um ramo da Geografia, pertencendo a segunda ao domínio da Ciência Política. Nessas condições, o geógrafo que passa a se ocupar das relações espaciais entre os Estados se converte num *geógrafo político*; enquanto o que se propõe a empregar os fatores geográficos na consecução de mais profunda compreensão da Política se converte num *geopolítico*.

Reforçando o conceito, a Geografia Política estuda os Estados como organismos estáticos solidificados em suas bases geográficas. Já a Geopolítica encara os Estados como organismos vivos, em evolução e revolução, atacando ou se defendendo, reagindo sempre no dinamismo dos espaços terrestres para a sua própria sobrevivência.

A Geopolítica estabelece, pois, a *dinâmica do desenvolvimento*; daí ser definida por Hans Weigert como a própria "Geografia Política aplicada à política do poder nacional e à sua estratégia de fato na paz e na guerra". No caso, cientificamente, a paz é o desejo, mas a guerra é o fato na *geopolítica do poder mundial*.

Extrapolando a paz e chegando à guerra, a Geografia ensinada por Halford Mackinder em Oxford (1887) contou com a oposição dos chamados pensadores liberais. Dizendo eles que "essa Geografia conduzia ao desenvolvimento do militarismo e imperialismo, não se dando conta de que a defesa pressupõe a compreensão do ataque". (Janeiro de 1942 — carta de Mackinder para Weigert).

Concluimos, pois, que os prognósticos de Haushoffer sobre a vulnerabilidade da Áustria e da Tchecoslováquia, bem como a da própria Itália, revelam simplesmente a sua arguta compreensão de certos fatores geográficos básicos que predeterminaram o curso da História. Dentro, pois, de sua vivacidade e dinamismo, a Geopolítica como *ciência objetiva* se amolda a cada nação reagindo de maneira específica.

O solo, o ar, o mar têm significados distintos para o russo, para o japonês ou para o brasileiro; daí haver dito Hanshoffer que "a Geopolítica alemã é tão teutônica quanto os escritos de Bowman, Mahan e Mackinder são anglo-saxões". Tudo se envolve no princípio de que não existindo nações cujas condições geográficas sejam as mesmas, *existem tantas geopolíticas quantos sistemas estatais existam em conflito.*

Aceito o princípio de que a Geopolítica é o ensino da conexão entre o solo e os acontecimentos políticos, mais incisivo será dizer que a Geopolítica é, na prática, *a consciência geográfica do Estado.*

### PROBLEMÁTICAS DO PODER MUNDIAL

Costuma-se tomar como ponto de partida da inserção da Geopolítica na problemática do poder mundial a obra de Kjellen intitulada "*O Estado como forma de Vida*" (em sueco — "*Statem som Lifform*").

A obra desse sueco *imbuido das idéias ratzelianas* nos mostra a Geopolítica como ramo da Ciência Política estudando os vínculos que unem os processos políticos do solo ao poder mundial.

Seus estudos se ligavam ao Estado como um fenômeno de espaço; ao Estado como unidade biológica dotada de vitalidade que a noção de povo ampliou. Dentro do *conceito de poder mundial* a nacionalidade transformava-se na expressão da individualidade; e este mesmo povo, em consequência de sua função migratória, poderia vir a *cobrir novos e vastos territórios.*

Em seu trabalho Kjellen leva a Geopolítica a lançar mão do estudo dos povos e raças ou da relação entre a população e o Estado através da *Demopolítica*; da economia nacional ou recursos econômicos do Estado através da *Ecopolítica*; das manifestações de soberania ou organização governamental através da *Cratopolítica*; e da vida social ou estrutura social do Estado através da *Sociopolítica.*

Organicista, Kjellen via o Estado como um "ente vivo, super-individual" e que, como todo indivíduo, nasce, cresce, envelhece e morre.

Sem fugir da teoria do "lebensraum" de Ratzel, como adepto de Lendendorff e principais expansionistas da Primeira Guerra Mundial, Kjellen sincronizou o crescimento orgânico do Estado à avidez do espaço dentro da inevitável consequência do fato biológico — organismo vivo.

Dentro da problemática do poder mundial foi o idealizador de *uma Europa Central sob a direção da Alemanha* englobando desde as extremidades setentrionais, a Noruega, até Bagdad, já no Oriente Médio; problemática do poder mundial que também preocupava *Sir Halford J. Mackinder*, Professor das Universidades de Oxford e Londres.

Na conferência intitulada "*O Ponto de Apoio Geográfico da História*", que leu na Royal Geographical Society (25 de janeiro de 1904), em vésperas da Guerra Russo-Japonesa, Mackinder sustentou a tese de que a história do mundo tem sido e será feita pela pressão dos povos rodeados pelas terras das planícies da Europa,

Ásia Ocidental e Central contra os povos estabelecidos nos litorais dessa mesma Europa e Ásia. É esta, em essência, a concepção da terra central ou "heartland".

A palavra "heartland" é empregada pela primeira vez por Mackinder como termo descritivo e não no técnico em que mais tarde se transformou, para substituí-las as expressões "área pivot", "Estado-pivot" ou "Estado-nuclear".

O "heartland", diz Mackinder, "é a parte norte e interior da Eurásia"; assim sendo, "a queda ou inclinação do equilíbrio do poder em favor do Estado-nuclear, que se traduz em sua expansão sobre as terras marginais da Europa, permitiria o emprego dos vastos recursos continentais para a construção de frotas e o império do mundo se acharia sob sua mira. Isto pode acontecer, de fato, se a Alemanha se aproximar ou aliar-se com a Rússia". Em contrapartida, conclui Mackinder, caso venha a China a ser organizada pelo Japão para derrotar o império russo e conquistar o seu território, tal situação se poderia converter "num perigo amarelo para a liberdade do mundo, porque, justamente com isso, estaria subtraída uma frente marítima aos recursos do grande continente".

Em sua tese se refere ainda Mackinder à frente marítima ocidental enquadrando como seu segundo conceito geopolítico o do "Midland Ocean" ou Atlântico-Norte e seus mares dependentes. Sem entrar em pormenores destaca nesta área seus três importantes elementos, ou seja: "uma cabeça-de-ponte na França, um aeródromo resguardado por fossos (mares e canais circundantes) na Inglaterra, e uma reserva de forças bem entrosadas, de recursos agrícolas e industriais, no leste dos Estados Unidos e Canadá". Curiosamente os três elementos de Mackinder dessa frente ocidental, constituída pela França, Inglaterra e Canadá-Estados Unidos, são peças fundamentais da OTAN (Organização dos Tratados do Atlântico-Norte) nascida em 1949.

Haushoffer considerava "O Ponto de Apoio Geográfico da História" como obra-prima da geopolítica e a influência desse tratado sobre a idéia do poder mundial, ou "Weltanschauung", viria a influir no expansionismo alemão tanto ou até mais que a teoria do espaço vital de Kjellen.

A visão continental na lei das espaços crescentes foi exposta por Haushoffer logo no primeiro artigo que iniciou em 1924 a "Revista de Geopolítica". No artigo intitulado "A Lei dos Espaços Crescentes" explica o geopolítico alemão que o "espaço engendra o poder dos Estados e determina, por conseguinte, os destinos humanos. Descobrir as relações entre o poder público e o espaço, bem como a dinâmica entre os espaços, é, sem dúvida, um mundo digno de ser conquistado pela jovem Ciência — a Geopolítica ... Ao contrário, a própria estrutura e divisão do mundo em continentes e oceanos, zonas climáticas, desertos e regiões habitáveis, cria uma multiplicidade tal de condições de vida que bem nos leva a aceitar a Geopolítica como a ciência que se ocupa das variedades e desigualdades, dos efeitos e da dinâmica dos espaços. A variedade desses efeitos é grande porque não só variam as condições geográficas, como também as relações do homem com a terra que habita".

Defende ainda esse artigo que "a lei dos espaços crescentes se faz visível em todas as suas ramificações, nas múltiplas formas, no momento em que as potên-

cias em luta se chocam em seus espaços". Ora, se para Mackinder "é o homem e não a natureza quem inicia", a aritmética de Haushoffer era bem mais precisa ao afirmar que "ao lado dos 25% de determinismo geográfico se encontram 75% de heroísmo."

Em seu livro *"Ideais Democráticos e Realidade: um Estudo para a Política da Reconstrução"* (1919), Mackinder reforçava a tese do "heartland" escrevendo: "No momento em que nossos estadistas estavam conversando com o inimigo um querubim alado bem que poderia sussurrar-lhe em tempo — quem domina a Europa Oriental controla o coração continental (heartland); quem domina o coração continental controla a ilha-mundial; quem controla a ilha-mundial controla o mundo". Estava, pois, delineada na tese do "heartland" a *ascensão da Rússia enigmática* que Haushoffer tanto iria temer. Daí não haver titubeado em elogiar o inglês indagando no seu artigo *"Pedras Angulares da Geopolítica"* (1928) — "Porque não viram os chefes políticos o que este geógrafo viu e escreveu profeticamente em 19047... É este o prelo que custa a ignorância da Geografia".

Apesar de admirar o geopolítico inglês, Haushoffer tratava Mackinder como o "odioso inimigo", desde que lêra *"A Inglaterra e os Mares Ingleses"* (1910), livro no qual a Ilha Britânica se constitui no rincão extremo do ocidente num mundo isolado.

Assim, para a Alemanha de Haushoffer o "pêndulo geopolítico" oscilaria entre a Rússia e a Inglaterra, ou mais precisamente entre o *império do poder terrestre* e o *império do poder naval*.

Atraindo Rudolf Hess para seu Instituto de Geopolítica de Munique, conseguiu Haushoffer, por algum tempo, equilibrar o "pêndulo geopolítico" em sua problemática do poder mundial. Conclui daí que o propósito de Hess foi o de persuadir os isolacionistas ingleses, no último momento, a fim de atraí-los para o lado de Hitler numa *cruzada contra o bolchevismo*.

Baseando-se na premissa de Mackinder que considerava a "Europa e a civilização européia, no sentido real, como se resulta da luta secular contra a invasão asiática", sabia Haushoffer que as *plataformas da Alemanha e Inglaterra* bem que podiam se entrosar. Batalhou muito para levar Hitler a pensar e agir dentro de seus princípios geopolíticos; mas fracassou quando Hitler, que, como ele, também sonhava com o domínio universal, *atacou a Rússia*. Justificava-se o fato histórico — Haushoffer conhecia Geografia e Hitler, não.

Em se tratando do Extremo-Oriente, Haushoffer não visava à China como Mackinder e sim o *Japão*. Sua tese de doutoramento na Universidade de Munique se ocupava especificamente dos fundamentos geográficos do poder do Japão (1911).

Como observador militar da Alemanha no Extremo-Oriente (1908-1909), Haushoffer teve a oportunidade de se tornar profundo conhecedor daquela região. Complementou a sua tese publicando *"Dai Nihon — Reflexões sobre a Potência Militar do Grande Japão"* (1913) em que, juntamente com uma *"Geopolítica do Oceano Pacífico"* (1924), se mostra impressionado com aquela que considerava "a maior região fisiográfica da Terra", que, dentro do conceito da lei dos espaços

crecentes, se encontrava num lento processo de despertar em direção ao objetivo de se tornar um dos maiores espaços terrestres e marítimos.

Em suas conclusões repetiu várias vezes o que Lord Kitchener dissera em 1909: que se opunha a uma guerra entre a Inglaterra e a Alemanha, pois esse conflito seria a ruína da Europa no Pacífico e desse conflito só o Japão e os Estados Unidos iriam beneficiar-se.

Foi talvez o ódio pelas "potências brancas" vencedoras da Alemanha na Primeira Grande Guerra que levou Haushoffer a endeusar o que ele próprio chamava de "mundo de cor".

No Japão, foi aceito, por vários anos, a idéia básica de Haushoffer, sobretudo dentro do conceito de "economia do grande espaço" que a geopolítica japonesa adotou em se tratando da chamada "esfera de co-prosperidade pan-asiática".

"Se fosse possível para as bandeiras do Sol Nascente e da Foice e do Martelo terminarem com a mútua desconfiança. . . seriam invencíveis seus mares domésticos", escrevia Haushoffer em 1940. Caracterizava assim sua estratégia por uma absoluta estabilidade, já que nove meses depois do Pacto Germano-Russo (23 de agosto de 1939) conseguia a Alemanha outro acordo de não agressão através do Pacto Russo-Japonês (13 de abril de 1940).

Mackinder dera a idéia a Haushoffer de que dentro da problemática do poder mundial as diretrizes geopolíticas tanto para a Alemanha quanto para o Japão deviam ser a de entrarem em bom entendimento com a Rússia — o eixo geográfico da História.

Segundo Haushoffer, "Vladivostok, de onde se podem enviar esquadras de bombardeio e submarinos contra artérias e centros mais vulneráveis do Japão, é o único lugar que a orgulhosa face oceânica da frota japonesa jamais será capaz de controlar. Por outro lado, a possibilidade de cooperação entre a Rússia Soviética e os Estados Unidos nas costas setentrionais do Pacífico toma cada dia mais vulto. Seria um grande erro do eixo Berlim-Roma-Tóquio esquecer-se do papel dos Estados Unidos. Seu antagonismo com o eixo tornará possível uma ponte sobre o profundo abismo que separa o supercapitalismo de Wall Street e o bolchevismo de Moscou".

Notamos, pois, que as diretrizes geopolíticas de Haushoffer procuravam manter a Alemanha afastada de qualquer conflito com a Rússia e o Japão e, na mesma escala, com os Estados Unidos. Essas diretrizes não foram seguidas quando Hitler atacou a Rússia, e Hiroito com seu ataque a Pearl Harbour levou os Estados Unidos a entrarem na Segunda Guerra Mundial.

Descrevendo o Japão como país de duas faces — uma voltada para o Pacífico e a outra para o continente, ante a aliança Berlim-Tóquio, Haushoffer destacava o fato do arquipélago nipônico jamais haver perdido uma guerra. Bastante cauteloso ante a problemática do poder mundial, Haushoffer considerava Chiang-Kai-Chek o verdadeiro símbolo da China moderna já que Mao-Tse-Tung, seu opositor, era comunista. Mas, concluía, "a China é um mar que torna salgados todos os rios que fluem para ela; se o Japão penetrar demasiadamente na China poderá afogar-se".

Propugnava, pois, não por um ataque, mas sim por uma aliança com os chineses; acreditava que poderia assim erigir um autêntico império "com o espírito do Japão e o corpo da China". Seria esta a maneira eventual da Alemanha ter que enfrentar não só a Rússia mas também os Estados Unidos.

Adepto dos sistemas fortemente centralizados, muito embora declaradamente anticomunista, Haushoffer *comparando os Estados Unidos com a Rússia*, subestimava o primeiro. Afirmava em 1941 que "entre os dois impérios de grandes espaços — Rússia e Estados Unidos, a primeira demonstrou muito maior habilidade e compreensão dos fatores psicológicos na política do que o segundo". O conceito, apesar dos quase quarenta anos, ainda continua sendo bem válido no âmbito das Relações Internacionais.

## O DESLOCAMENTO DO PODER MUNDIAL

Terminada a Segunda Guerra Mundial passou a *Europa* a encarnar, do ponto de vista geopolítico, a *tragédia do pequeno espaço num mundo de sistema de poder gigantesco*. Não seria apenas a Alemanha vencida que teria seu território retalhado, mas sim, em especial, o continente europeu.

A partir de 1945 a Europa se dividia ante as forças de influência ao longo da barreira que Haushoffer classificara como o "cinturão do diabo". Este era para ele uma área ocupada por países com mera aparência de soberania e independência dentre os quais a *Polônia* e a *Tchecoslováquia* invadidas por Hitler logo que se iniciou a Segunda Guerra Mundial.

Para Haushoffer esse "cinturão do diabo" nada mais representava, com seu conjunto de nações, do que *simples peças num apaixonante jogo de xadrez geopolítico*. Formado por Estados, o "cinturão do diabo" tinha para Haushoffer certo papel estratégico como "região de topo", ou seja, amortecedora. E foi justamente como *zona amortecedora* que o "cinturão do diabo" se transformou na "cortina de ferro" logo após a Segunda Guerra Mundial.

O "cinturão do diabo" transformara-se dentro das diretrizes geopolíticas de Haushoffer no *fundamento emotivo do espaço vital*. Isso desde 1918, e *Derwent Whitlesey* faz menção ao fato em seu livro "A Terra e o Estado" (1939): "A secção brutal e temporal de territórios em função da guerra, o desmembramento, por mais permanente que se pense, e a duras penas menos rude que se sinta, não fazem desaparecer a fé que o Estado tem do direito inerente a seu próprio espaço, a seu lugar ao Sol".

Vencida a Alemanha, a Rússia e os Estados Unidos iriam destruir praticamente o *mito dos continentes* com o continuado deslocamento do equilíbrio do poder que a "guerra fria" instituiu no choque Ocidente-Oriente.

No entanto, nos Estados Unidos, *Nicholas Spykman* em seu livro "America's Strategy in Words Politics" (1942) acreditava que seu país pudesse substituir a Inglaterra no posto que até então a ilha de Mackinder ocupara. Os Estados Unidos eram menos vulneráveis a um ataque, quer econômico ou militar, por outro lado, levar a cabo manobras mais rápidas na consecução do objetivo que se convencionou chamar de "equilíbrio do poder". Esquecia-se o geopolítico estadunidense que as



democracias já não se apresentavam tão aptas para dirigirem seus assuntos exteriores como no tempo de *Alexis de Tocqueville* ao escrever "*De la Democratie en Amérique*" (1934) um clássico em Ciência Política.

Nessas condições, a política dos Estados Unidos no âmbito das Relações Internacionais se desenvolveria segundo diretrizes pressupostas de *um governo limitado pelo freio do Congresso e equilíbrio de uma Constituição*, não podendo, pois, se lançar livremente ao que chamamos de *jogo da política do poder mundial*.

Para *Frank Tannenbaum* ("*The American Tradition in Foreign Relations*" – in *Foreign Affairs* de outubro de 1961) os Estados Unidos devem manter sempre uma *tradição moralista* e "evitar a qualquer preço imitar os europeus em sua admiração por Maquiavel". Essa ilusão de idealismo é falso problema momentâneo e não pode ser parte integrante das diretrizes de um país que não se mantém ao abrigo do exterior. Por outro lado, já o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial havia demonstrado a superioridade do despotismo centralizado sobre as democracias; graças a ele Hitler, Mussolini e Hiroito puderam manter-se unidos e dividir as democracias; graças a ele a Rússia vem obtendo tanta vantagem sobre os Estados Unidos no âmbito das Relações Internacionais.

Para *Quincy Wright* ("*Direito Internacional e Equilíbrio do Poder*" – 1943) "numa época em que a democracia insiste em estender à influência da opinião pública o controle dos assuntos exteriores tanto quanto aos assuntos locais, as nações democráticas não podem competir com êxito num mundo governado por princípios do equilíbrio do poder".

Não terá sido, pois, utopia de *Wilson* (1918) e *Roosevelt* (1945) procurarem convencer o mundo de que o equilíbrio do poder ia ser implantado? Utopia, sobretudo, se levarmos em conta que a expressão "*power politics*" (*política do poder*) não era utilizada além-Atlântico senão de maneira pejorativa. Foi assim, numa espécie de condenação da "política do poder", que se superpôs a da "*balance power*" ou "*equilíbrio do poder*".

Dentro do princípio de que na era contemporânea o mundo se tornou um conglomerado envolvido na política internacional, o "*si vis pacem para bellum*" (se queres a paz, prepara a guerra) passou a ser uma realidade. O abismo que se criou foi, na prática, muito mais profundo que o indicado nas *nebulosas generalidades da Carta do Atlântico*, tida como contra-projeto frente à teoria do poder mundial de Hitler.

O "*mapa sugestivo*" e o "*mapa como arma*" foram ferramentas habituais de Haushoffer; posteriormente, *George T. Renner*, em seu artigo "*Mapas para um novo Mundo*" publicado pelo *Collier's Magazine*, continuou a advogar uma "*realpolitik*" moldada no pensamento geopolítico alemão. Sendo ainda bastante sugestivo o novo mapa estratégico do mundo publicado por *Geoffrey Kemp* sob o título "*Recursos Escassos e Conflito Internacional*" pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres em 1977. Assim, só uma idéia político-geográfica do mundo capaz de abranger em termos de *uma geopolítica global* pode nos fazer compreender a situação de emergência em que se encontram as grandes potências continentais com amplas fachadas marítimas, tese também esboçada por *Isaiah Bowman* em 1921 no seu "*New World: Problems in Political Geography*".

Concluimos assim que a *Europa* deixou de ser o lugar de partida dos conquistadores e reformadores do mundo. E que a Geopolítica de hoje não é mais aquela que nos ensinava a considerar as massas terrestres da Eurásia e da América do Norte como *zona decisória do futuro da humanidade*.

Os *horizontes estão hoje bastante ampliados* em relação à geopolítica do poder mundial. Os geopolíticos de hoje têm que lidar com *sociedades complexas e diversificadas*, divididas não unicamente em "classes" mas em "*grupos de interesses*" com aspirações freqüentemente contraditórias.

## CONCLUSÃO

Muito citado e bastante conhecido é o pensamento de *Lenine* segundo o qual "a política é a razão, enquanto a guerra apenas um instrumento e não vice-versa". Nessas condições, *as "detentes"* de hoje nada mais são do que um *intrincado processo no correlacionamento militar e político dos Estados*.

A História nos mostra que em se tratando das atividades militares dos Estados duas tendências se fizeram presentes — a primeira sempre se sobrepôs à segunda, ou seja, *a concentração versus limitação da força armada*.

A redução de aparatos militares acordada após um dilatado período de entre-guerras tal como ocorreu após os conflitos napoleônicos e a Primeira Guerra Mundial, gerou *nova arregimentação de forças para guerras futuras*. Surgiria um Napoleão III se opondo à unificação da Alemanha (1870), e esta, obrigada por pressões externas a se desarmar, provocando a Segunda Guerra Mundial. O próprio *equilíbrio militar convencional* não impediu as duas guerras mundiais; conseguiu, isso sim, *levar os conflitos localizados a se transformarem em gerais, e anular o neutralismo conduzindo os Estados à dinâmica da segurança nacional*; segurança nacional que envolve em particular a cada país, levando-o a traçar suas diretrizes geopolíticas.

Para estudar o *problema da segurança dentro dos objetivos nacionais* começam, no período de entre-guerras, a surgir o "*Imperial Defense College*" (1927) dos ingleses, o "*Institute Supérieur de Hautes-Études pour la Defense Nationale*" (1936) dos franceses e, bem mais contemporâneos, o "*National War College*" (1946) dos Estados Unidos e *Escola Superior de Guerra* (1948) do Brasil.

A *concentração quantitativa do poder militar* determinou, pois, até o Segundo Conflito Mundial a garantia básica do poderio de cada Estado. Isso até que *a tecnologia se impondo*, viesse a proporcionar o aparecimento de novas armas, *augmentando o poder de combate* e ensejando o *desenvolvimento do poder militar com base no qualitativo*.

Na atualidade, *reduzir efetivos militares sem que nada mude no setor dos equipamentos* não leva os Estados em confronto a uma "detente". Resulta muito em contrário ao que se propõem as "*Negociações sobre a Limitação de Armas Estratégicas*" mais conhecidas pela sigla SALT (Strategic Arms Limitation Talks). Dentro do que se convencionou chamar de "*doutrina do equilíbrio*" a corrida armamentista é um fato pois que a tudo se sobrepõe diante do "*equilíbrio do medo*"; fato este gerado pela "*difusão do poder*" em conflitos localizados.

Caracteriza-se, pois, a década dos 60 como *período de corrida armamentista* para se ater mais a década dos 70 ao *controle dos armamentos*. O SALT-1, assinado em 1972, estabelecia, entre outras coisas, um limite para mísseis balísticos inter-continentais. No entanto, a tecnologia de guerra avançou de tal modo que em 1979 se fez necessário o SALT-2, desta feita por causa do "Cruise Missile" dos Estados Unidos e do "Blackfire" (ou mísseis-móveis SS-20) da Rússia.

Os SALT não se baseiam no *fator confiança* e sim nas *medidas práticas de verificação*. No entanto, temos que convir que ante os progressos constantes da tecnologia em matéria de forças militares, *as armas se vêm tornando cada vez menos observáveis*. E, nesta conjuntura, a verificação adequada foge ao controle de ambos os lados, gerando a desconfiança recíproca. Por esta razão, paralelamente aos SALT, as negociações sobre limitações de armas são levadas para *variada gama* como, por exemplo, a proibição de testes com armas nucleares, a redução mútua e equilibrada de forças, a limitação de transferência de armas convencionais, e controle de armas anti-satélite.

Dentro do contexto, a assinatura do SALT-2 foi qualificada pela China como uma "cortina de fumaça destinada a encobrir a luta entre duas superpotências pela supremacia nuclear".

Sabemos que a "*difusão do poder*" se afasta do que se convencionou chamar de "*bipolaridade*" visto que o fulcro das dissensões mundiais começou a se transferir *do eixo leste-oeste para o norte-sul*. E, nesta conjuntura, a "detente", já num *quadro de "cinco potências"*, se vê perturbada continuamente por acontecimento fora do controle de qualquer dos "*dois gigantes*". Assim, embora os SALT sejam bilaterais, as "detentes" já englobam outros países notadamente europeus. É que a *Europa Ocidental de hoje, já desenvolvida*, começa a se afastar do papel regional a que foi submetida desde o término da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1945 os Estados Unidos passaram a liderar o chamado "Bloco Ocidental", e isto até a década de 70, quando a situação começou a mudar. A Europa Ocidental passou a importar, mais do que os Estados Unidos, de países em desenvolvimento, conseguindo assim certa influência na área do chamado "*Terceiro Mundo*".

Atualmente o *equilíbrio militar europeu* depende do crescente grau de *hostilidade existente entre a Rússia e a China*; a abertura de outra frente conflitante contribui para nivelar as desvantagens com que conta a *OTAN diante do Pacto de Varsóvia*. Para tal situação em muito *concorre a Geografia*: enquanto as forças estadunidenses se podem valer de linha marítima direta de suprimento, numa extensão de 5.200 km. via Atlântico, as zonas militares russas contíguas à China e Mongólia têm sua rota mais curta em cerca de 14.200 km., do mar Negro a Vladivostok, aumentando em mais de 24.000 km. caso o canal de Suez não possa ser atravessado. Isto por não serem satisfatórias as comunicações terrestres. São essas, pois, *as dimensões das vantagens estratégicas indiretas* tendo em vista que os recursos militares soviéticos que vêm sendo absorvidos com a China são extraídos da competição com o Ocidente.

Nessa conjuntura, na "*balança do equilíbrio*", se destacam na geopolítica do poder mundial os partidários do "*trunfo chinês*". Com o fortalecimento da China,

a Rússia será forçada a moderar suas investidas contra o Ocidente. O "trunfo chinês" é, assim, para muitos estrategistas, *um recurso improvisado com grandes pretensões*, sobretudo após a queda do regime maoísta, quando Pequim resolveu aceitar a tecnologia do mundo exterior. Justifica-se para muitos também o "trunfo chinês" ante a "diplomacia coercitiva" praticada pela Rússia em direção aos objetivos periféricos, como no caso recente do Afeganistão.

Dentro, pois, da *amplitude de dificuldades* na qual se envolve o poder mundial, a Geopolítica tem que se ater a uma visão esquemática do que compõe alternativamente ou simultaneamente o conceito de interesse nacional: e nesse consenso se inscreve com primazia o *conceito de segurança*.

Notamos que, por numerosas razões, *o eixo norte-sul é bem mais complicado do que o leste-oeste*. A mais evidente é que no sul, onde se aglomeram os países do chamado "Terceiro Mundo", esses Estados são fracos, heterogêneos e continuam ainda por muito tempo num *relacionamento neo-colonialista* a buscar auxílio de seus "protetores" de norte. Sem condições básicas para alterar sozinhos o "equilíbrio do poder", vários deles, entre os quais o Brasil, a Argentina, o México, a Índia, a Nigéria, o Egito, a África do Sul, etc. foram forçados a adquirir capacidade nuclear para acompanharem o mundo dominado pelo poder militar. Esses países, embora estrategicamente possam aspirar a posições de *hegemonia regional*, não possuem, pelo menos até o presente momento, meios para alcançá-la.

Ao se iniciar a década de 70 apenas cinco países dispunham de *tecnologia nuclear* (Estados Unidos, Rússia, França, Inglaterra e República Federal Alemã); com a proliferação dos programas de energia nuclear impôs-se, no âmbito das Relações Internacionais, o NPT (Non Proliferation Treaty), que entrou em vigor em 1970. Nesse Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares as potências mundiais se comprometem a reduzir suas armas nucleares. No entanto, o tratado, em função de seu artigo 4º, dá aos signatários segurança explícita para o uso pacífico da energia. Justifica-se o artigo plenamente, visto que a *crise do petróleo* leva países que não dispõem dessa fonte de energia a lançar mão da força nuclear.

Dentro ainda da tecnologia sofisticada, *o laser* é considerado como das mais versáteis invenções do século XX. As aplicações militares continuam mantidas em segredo ainda em grande parte, muito embora as bombas guiadas a laser tenham sido usadas no Vietnã.

Do exposto, se nos valeremos dos relatórios anuais publicados nos últimos anos pelo *Instituto Internacional de Estudos Estratégicos*, chegaremos à conclusão de que existe, na realidade, uma ameaça militar para a qual o Ocidente não está preparado visto que *o equilíbrio do poder pende mais para o bloco Oriental*, que tem na Rússia o líder incontestado.

---

#### NOTA DA REDAÇÃO:

No artigo O GOLFO PÉRSICO — EPICENTRO NEVRÁLGICO, da Professora Therezinha de Castro, publicado em nosso Número 687 (Janeiro-fevereiro-80), págs. 161 a 178, deixou-se inadvertidamente de manter a grafia de nomes e topônimos adotados pela Autora. A Redação registra aqui suas desculpas, salientando que se deve ler IRAN, ISLAM, AFGANISTÃO, IEMEN, OMAN etc. onde se lê Irã, Islã, Afeganistão, Iêmen, etc.